

TRT 8- (PA, AP)

**Analista Judiciário –
Oficial de Justiça – Avaliador Federal**

Tribunal Regional do
Trabalho da 8ª Região
(Pará, Amapá)

Edital **verticalizado**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3 Domínio da ortografia oficial.
- 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.
 - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
 - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Domínio da estrutura morfossintática do período.
 - 5.1 Emprego das classes de palavras.
 - 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
 - 5.5 Concordância verbal e nominal.
 - 5.6 Regência verbal e nominal.
 - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
 - 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
- 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.
 - 6.1 Significação das palavras.
 - 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
 - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
 - 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

RACIOCÍNIO LÓGICO

- 1 Estruturas lógicas.
- 2 Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.
- 3 Lógica sentencial (ou proposicional).
 - 3.1 Proposições simples e compostas.
 - 3.2 Tabelas-verdade.
 - 3.3 Equivalências.
 - 3.4 Leis de De Morgan.
 - 3.5 Diagramas lógicos.
- 4 Lógica de primeira ordem.
- 5 Princípios de contagem e probabilidade.
- 6 Operações com conjuntos.
- 7 Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA APLICADA

- 1 LibreOffice.
 - 1.1 Writer (conhecimentos básicos; edição e formatação de textos).
 - 1.2 Calc (conhecimentos básicos; criação de planilhas e gráficos; uso de fórmulas e funções; configurar página; impressão; formatação).
- 2 Navegadores web (Microsoft Edge, Firefox e Chrome; mecanismos de busca avançada no Google).
3. G Suite (Drive, Gmail, Google Agenda, Meet, Sheets e Docs).

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

Direitos das pessoas com deficiência.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 Constituição.
 - 1.1 Conceito, objeto, elementos e classificações.
 - 1.2 Supremacia da Constituição.
 - 1.3 Aplicabilidade das normas constitucionais.
 - 1.4 Interpretação das normas constitucionais.
 - 1.4.1 Métodos, princípios e limites.
- 2 Poder constituinte.
 - 2.1 Características.
 - 2.2 Poder constituinte originário.
 - 2.3 Poder constituinte derivado.
- 3 Princípios fundamentais.
- 4 Direitos e garantias fundamentais.
 - 4.1 Direitos e deveres individuais e coletivos.
 - 4.2 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data.
 - 4.3 Direitos sociais.
 - 4.4 Nacionalidade.
 - 4.5 Direitos políticos.
 - 4.6 Partidos políticos.
- 5 Organização do Estado.
 - 5.1 Organização político-administrativa.
 - 5.2 Estado federal brasileiro.
 - 5.3 A União.
 - 5.4 Estados federados.
 - 5.5 Municípios.
 - 5.6 O Distrito Federal.
 - 5.7 Territórios
 - 5.8 Intervenção federal.
 - 5.9 Intervenção dos estados nos municípios.
- 6 Administração pública.

- 6.1 Disposições gerais.
- 6.2 Servidores públicos.
- 6.3 Militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.
- 7 Organização dos poderes no Estado.
 - 7.1 Mecanismos de freios e contrapesos.
 - 7.2 Poder legislativo.
 - 7.2.1 Estrutura, funcionamento e atribuições.
 - 7.2.2 Comissões parlamentares de inquérito.
 - 7.2.3 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
 - 7.2.4 Tribunal de Contas da União (TCU).
 - 7.2.5 Processo legislativo.
 - 7.2.6 Prerrogativas parlamentares.
 - 7.3 Poder executivo.
 - 7.3.1 Presidente da República.
 - 7.3.1.1 Atribuições, prerrogativas e responsabilidades.
 - 7.3.2 Ministros de Estado.
 - 7.3.3 Conselho da República e de Defesa Nacional.
 - 7.4 Poder judiciário.
 - 7.4.1 Disposições gerais.
 - 7.4.2 Órgãos do poder judiciário.
 - 7.4.2.1 Organização e competências.
 - 7.4.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- 8 Funções essenciais à justiça.
 - 8.1 Ministério Público.
 - 8.1.1 Princípios, garantias, vedações, organização e competências.
 - 8.2 Advocacia Pública.
 - 8.3 Advocacia e Defensoria Pública.
- 9 Controle da constitucionalidade.
 - 9.1 Sistemas gerais e sistema brasileiro.
 - 9.2 Controle incidental ou concreto.
 - 9.3 Controle abstrato de constitucionalidade.
 - 9.4 Exame in abstractu da constitucionalidade de proposições legislativas.
 - 9.5 Ação declaratória de constitucionalidade.

- 9.6 Ação direta de inconstitucionalidade.
- 9.7 Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- 9.8 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- 9.9 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.
- 9.10 Controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito municipal.
- 10 Defesa do Estado e das instituições democráticas.
- 11 Sistema Tributário Nacional.
 - 11.1 Princípios gerais.
 - 11.2 Limitações do poder de tributar.
 - 11.3 Impostos da União, dos Estados e dos municípios.
 - 11.4 Repartição das receitas tributárias.
- 12 Finanças públicas.
 - 12.1 Normas gerais.
 - 12.2 Orçamentos.
- 13 Ordem econômica e financeira.
 - 13.1 Princípios gerais da atividade econômica.
 - 13.2 Política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária.
- 14 Sistema Financeiro Nacional.
- 15 Ordem social.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Introdução ao direito administrativo.
 - 1.1 Origem, natureza jurídica e objeto do direito administrativo.
 - 1.2. Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo.
 - 1.3 Fontes do direito administrativo.
 - 1.4 Sistemas administrativos: sistema inglês, sistema francês e sistema adotado no Brasil.
- 2 Administração pública.
 - 2.1 Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito.
 - 2.2 Administração pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo.
- 3 Regime jurídico-administrativo.

3.1 Conceito.

3.2 Conteúdo: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.

3.3 Princípios expressos e implícitos da administração pública.

3.4 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

4 Organização administrativa.

4.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração.

4.2 Administração direta.

4.2.1 Conceito.

4.2.2 Órgão público: conceito; teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos; características; e classificação.

4.3 Administração indireta.

4.3.1 Conceito.

4.3.2 Autarquias.

4.3.3 Agências reguladoras.

4.3.4 Agências executivas.

4.3.5 Fundações públicas.

4.3.6 Empresas públicas.

4.3.7 Sociedades de economia mista.

4.3.8 Consórcios públicos.

4.4 Entidades paraestatais e terceiro setor.

4.4.1 Serviços sociais autônomos.

4.4.2 Entidades de apoio.

4.4.3 Organizações sociais.

4.4.4 Organizações da sociedade civil de interesse público.

4.5 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

5 Atos administrativos.

5.1 Conceito.

5.2 Fatos da administração, atos da administração e atos administrativo.

5.3 Requisitos ou elementos.

5.4 Atributos.

5.5 Classificação.

5.6 Atos administrativos em espécie.

- 5.7 O silêncio no direito administrativo.
- 5.8 Extinção dos atos administrativos: Revogação, anulação e cassação.
- 5.9 Convalidação.
- 5.10 Vinculação e discricionariedade.
- 5.11 Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes.
- 5.12 Decadência administrativa.
- 5.13 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 6 Processo administrativo.
- 6.1 Lei nº 9.784/1999.
- 6.2 Disposições doutrinárias aplicáveis.
- 6.3 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 7 Poderes e deveres da administração pública:
 - 7.1 Poder regulamentar.
 - 7.2 Poder hierárquico.
 - 7.3 Poder disciplinar.
 - 7.4 Poder de polícia.
 - 7.5 Dever de agir.
 - 7.6 Dever de eficiência.
 - 7.7 Dever de probidade.
 - 7.8 Dever de prestação de contas.
 - 7.9 Uso e abuso do poder.
 - 7.10 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 8 Serviços públicos.
 - 8.1 Legislação pertinente.
 - 8.1.1 Lei nº 8.987/1995.
 - 8.1.2 Lei nº 11.079/2004 e suas alterações (parceria público-privada).
 - 8.2 Disposições doutrinárias.
 - 8.2.1 Conceito.
 - 8.2.2 Elementos constitutivos.
 - 8.2.3 Formas de prestação e meios de execução.
 - 8.2.4 Delegação: concessão, permissão e autorização.
 - 8.2.5 Classificação.
 - 8.2.6 Princípios.

- 8.2.7 Remuneração.
- 8.2.8 Usuários.
- 8.2.9 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 9 Intervenção do Estado na propriedade.
- 9.1 Conceito.
- 9.2 Fundamento.
- 9.3 Modalidades.
- 9.3.1 Limitação administrativa.
- 9.3.2 Servidão administrativa.
- 9.3.3 Ocupação temporária.
- 9.3.4 Requisição administrativa.
- 9.3.5 Tombamento.
- 9.3.6 Desapropriação.
- 9.4 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 10 Licitações.
- 10.1 Legislação pertinente.
- 10.1.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei nº 14.133/2021.
- 10.1.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.
- 10.1.3 Decreto nº 7.892/2013 (sistema de registro de preços).
- 10.1.4 Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).
- 10.1.5 Fundamentos constitucionais.
- 10.2 Disposições doutrinárias.
- 10.2.1 Conceito.
- 10.2.3 Objeto e finalidade.
- 10.2.4 Destinatários.
- 10.2.5 Princípios.
- 10.2.6 Contratação direta: dispensa e inexigibilidade.
- 10.2.7 Modalidades.
- 10.2.8 Tipos.
- 10.2.9 Procedimento.
- 10.2.10 Anulação e revogação.
- 10.2.11 Sanções administrativas.
- 10.3 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

11 Contratos administrativos.

11.1 Legislação pertinente.

11.1.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei nº 14.133/2021.

11.1.2 Decreto nº 6.170/2007, Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011 e suas alterações.

11.1.3 Lei nº 11.107/2005 e suas alterações e Decreto nº 6.017/2007 (consórcios administrativos).

11.2 Disposições doutrinárias.

11.2.1 Conceito.

11.2.2 Características.

11.2.3 Vigência.

11.2.4 Alterações contratuais.

11.2.5 Execução, inexecução e rescisão.

11.2.6 Convênios e instrumentos congêneres.

11.2.7 Consórcios públicos.

11.3 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

12 Controle da administração pública.

12.1 Conceito.

12.2 Classificação das formas de controle.

12.2.1. Conforme a origem.

12.2.2. Conforme o momento a ser exercido.

12.2.3. Conforme a amplitude.

12.3 Controle exercido pela administração pública.

12.4 Controle legislativo.

12.5 Controle judicial.

12.6 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

13 Improbidade administrativa.

13.1 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações.

13.2 Disposições doutrinárias aplicáveis.

13.3 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

14 Agentes públicos.

14.1 Legislação pertinente.

14.1.1 Lei nº 8.112/1990 e suas alterações.

- 14.1.2 Disposições constitucionais aplicáveis.
- 14.2 Disposições doutrinárias.
 - 14.2.1 Conceito.
 - 14.2.2 Espécies.
 - 14.2.3 Cargo, emprego e função pública.
 - 14.2.4 Provimento.
 - 14.2.5 Vacância.
 - 14.2.6 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.
 - 14.2.7 Remuneração.
 - 14.2.8 Direitos e deveres.
 - 14.2.9 Responsabilidade.
 - 14.2.10 Processo administrativo disciplinar.
 - 14.2.11 Regime de previdência.
- 14.3 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 15 Bens públicos.
 - 15.1 Conceito.
 - 15.2 Classificação.
 - 15.3 Características.
 - 15.4 Espécies.
 - 15.5 Afetação e desafetação.
 - 15.6 Aquisição e alienação.
 - 15.7 Uso dos bens públicos por particular.
 - 15.8 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 16 Responsabilidade civil do Estado.
 - 16.1 Evolução histórica.
 - 16.2 Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado.
 - 16.3 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.
 - 16.3.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.
 - 16.3.2 Responsabilidade por omissão do Estado.
 - 16.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.
 - 16.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.
 - 16.6 Reparação do dano.
 - 16.7 Direito de regresso.

- 16.8 Responsabilidade primária e subsidiária.
- 16.9 Responsabilidade do Estado por atos legislativos.
- 16.10 Responsabilidade do Estado por atos judiciais.

DIREITO CIVIL

- 1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro.
 - 1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.
 - 1.2 Conflito das leis no tempo.
 - 1.3 Eficácia das leis no espaço.
- 2 Pessoas naturais.
 - 2.1 Conceito.
 - 2.2 Início da pessoa natural.
 - 2.3 Personalidade.
 - 2.4 Capacidade.
 - 2.5 Direitos da personalidade.
 - 2.6 Nome civil.
 - 2.7 Estado civil.
 - 2.8 Domicílio.
 - 2.9 Ausência.
- 3 Pessoas jurídicas.
 - 3.1 Disposições Gerais.
 - 3.2. Conceito e Elementos Caracterizadores.
 - 3.3 Constituição.
 - 3.4 Extinção.
 - 3.5 Capacidade e direitos da personalidade.
 - 3.6 Domicílio.
 - 3.7 Sociedades de fato.
 - 3.8 Associações.
 - 3.9 Sociedades.
 - 3.10 Fundações.
 - 3.11 Grupos despersonalizados.
 - 3.12 Desconsideração da personalidade jurídica.

- 3.13 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.
- 4 Bens.
 - 4.1. Diferentes classes.
 - 4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos.
 - 4.3 Bens no comércio e fora do comércio.
- 5 Fato jurídico.
- 6 Negócio jurídico.
 - 6.1 Disposições gerais.
 - 6.2 Classificação e interpretação.
 - 6.3 Elementos.
 - 6.4 Representação.
 - 6.5 Condição, termo e encargo.
 - 6.6 Defeitos do negócio jurídico.
 - 6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico.
 - 6.8 Simulação.
- 7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos.
- 8 Prescrição e decadência.
- 9 Prova do fato jurídico.
- 10 Obrigações.
 - 10.1 Características.
 - 10.2 Elementos
 - 10.3 Princípios.
 - 10.4 Boa-fé.
 - 10.5 Obrigação complexa (a obrigação como um processo).
 - 10.6 Obrigações de dar.
 - 10.7 Obrigações de fazer e de não fazer.
 - 10.8 Obrigações alternativas e facultativas.
 - 10.9 Obrigações divisíveis e indivisíveis.
 - 10.10 Obrigações solidárias.
 - 10.11 Obrigações civis e naturais, de meio, de resultado e de garantia.
 - 10.12 Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada.
 - 10.13 Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais.
 - 10.14 Obrigações líquidas e ilíquidas.

- 10.15 Obrigações principais e acessórias.
- 10.16 Transmissão das obrigações.
- 10.17 Adimplemento e extinção das obrigações.
- 10.18 Inadimplemento das obrigações.
- 11 Contratos.
 - 11.1 Princípios.
 - 11.2 Classificação.
 - 11.3 Contratos em geral.
 - 11.4 Disposições gerais.
 - 11.5 Interpretação.
 - 11.6 Extinção.
 - 11.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil.
- 12 Atos unilaterais.
- 13 Títulos de crédito.
 - 13.1 Disposições gerais.
 - 13.2 Títulos ao portador, à ordem e nominativos.
- 14 Responsabilidade civil.
- 15 Preferências e privilégios creditórios.
- 16 Direito de empresa.
 - 16.1 Empresário.
 - 16.2 Empresa individual.
 - 16.3 Sociedade.
 - 16.4 Estabelecimento.
 - 16.5 Institutos complementares.
- 17 Posse.
- 18 Direitos reais.
 - 18.1 Disposições gerais.
 - 18.2 Propriedade.
 - 18.3 Superfície.
 - 18.4 Servidões.
 - 18.5 Usufruto.
 - 18.6 Uso.
 - 18.7 Habitação.

- 18.8 Direito do promitente comprador.
- 19 Direitos reais de garantia.
 - 19.1 Características.
 - 19.2 Princípios.
 - 19.3 Penhor, hipoteca e anticrese.
- 20 Direito de família.
 - 20.1 Casamento.
 - 20.2 Relações de parentesco.
 - 20.3 Regime de bens entre os cônjuges.
 - 20.4 Usufruto e administração dos bens de filhos menores.
 - 20.5 alimentos.
 - 20.6 Bem de família.
 - 20.7 União estável.
 - 20.8 Concubinato.
 - 20.9 Tutela.
 - 20.10 Curatela.
- 21 Direito das sucessões.
 - 21.1 Sucessão em geral.
 - 21.2 Sucessão legítima.
 - 21.3 Sucessão testamentária.
 - 21.4 Inventário e partilha.
- 22 Lei nº 8.078/1990 e suas alterações (Direito das relações de consumo).
 - 22.1 Consumidor.
 - 22.2 Direitos do consumidor.
 - 22.3 Fornecedor, produto e serviço.
 - 22.4 Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos.
 - 22.5 Práticas comerciais.
 - 22.6 Proteção contratual.
- 23 Lei nº 6.766/1979 e suas alterações (Parcelamento do solo urbano).
- 24 Lei nº 6.015/1973 (Registros Públicos).
 - 24.1 Noções gerais, registros, presunção de fé pública, prioridade, especialidade, legalidade, continuidade, transcrição, inscrição e averbação.
 - 24.2 Procedimento de dúvida.

25 Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso).

26 Lei nº 8.245/1991 e suas alterações (Locação de imóveis urbanos).

26.1 Disposições gerais, locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporada, locação não residencial.

27 Direitos autorais.

28 Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).

28.1 Disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, destituição de tutela, colocação em família substituta.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 Lei nº 13.105/2015 – Novo Código de Processo Civil.

2 Normas processuais civis.

3 A jurisdição.

4 A Ação.

4.1 Conceito, natureza, elementos e características.

4.2 Condições da ação.

4.3 Classificação.

5 Pressupostos processuais.

6 Preclusão.

7 Sujeitos do processo.

7.1 Capacidade processual e postulatória.

7.2 Deveres das partes e procuradores.

7.3 Procuradores.

7.4 Sucessão das partes e dos procuradores.

7.5 Litisconsórcio.

8 Intervenção de terceiros.

9 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.

10 Ministério Público.

11 Advocacia Pública.

- 12 Defensoria Pública.
- 13 Atos processuais.
 - 13.1 Forma dos atos.
 - 13.2 Tempo e lugar.
 - 13.3 Prazos.
 - 13.4 Comunicação dos atos processuais.
 - 13.5 Nulidades.
 - 13.6 Distribuição e registro.
 - 13.7 Valor da causa.
- 14 Tutela provisória.
 - 14.1 Tutela de urgência.
 - 14.2 Disposições gerais.
- 15 Formação, suspensão e extinção do processo.
- 16 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.
 - 16.1 Procedimento comum.
 - 16.2 Disposições Gerais.
 - 16.3 Petição inicial.
 - 16.4 Improcedência liminar do pedido.
 - 16.5 Audiência de conciliação ou de mediação.
 - 16.6 Contestação, reconvenção e revelia.
 - 16.7 Audiência de instrução e julgamento.
 - 16.8 Providências preliminares e de saneamento.
 - 16.9 Julgamento conforme o estado do processo.
 - 16.10 Provas.
 - 16.11 Sentença e coisa julgada.
 - 16.12 Cumprimento da sentença.
 - 16.13 Disposições Gerais.
 - 16.14 Cumprimento.
 - 16.15 Liquidação.
- 17 Procedimentos Especiais.
- 18 Procedimentos de jurisdição voluntária.
- 19 Processos de execução.
- 20 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.

- 21 Livro Complementar.
- 22 Disposições finais e transitórias.
- 23 Mandado de segurança.
- 24 Ação popular.
- 25 Ação civil pública.
- 26 Ação de improbidade administrativa.
- 27 Reclamação constitucional.
- 28 Lei nº 8.245/1991 e suas alterações (Locação de imóveis urbanos).
- 28.1 Procedimentos.
- 29 Jurisprudência dos tribunais superiores.

DIREITO DO TRABALHO

- 1 Princípios e fontes do direito do trabalho.
- 2 Direitos constitucionais dos trabalhadores (Art. 7º da Constituição Federal de 1988).
- 3 Relação de trabalho e relação de emprego.
 - 3.1 Requisitos e distinção.
 - 3.2 Relações de trabalho lato sensu (trabalho autônomo, eventual, temporário e avulso).
- 4 Sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu.
 - 4.1 Empregado e empregador.
 - 4.3 Poderes do empregador no contrato de trabalho.
- 5 Grupo econômico.
 - 5.1 Sucessão de empregadores.
 - 5.2 Responsabilidade solidária
- 6 Contrato individual de trabalho.
 - 1.1 Conceito, classificação e características.
- 7 Alteração do contrato de trabalho.
 - 7.1 Alteração unilateral e bilateral.
 - 7.2 O jus variandi.
- 8 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho.
 - 1.1 Caracterização e distinção.

- 9 Rescisão do contrato de trabalho.
 - 9.1 Justa causa.
 - 9.2 Rescisão indireta.
 - 9.3 Dispensa arbitrária.
 - 9.4 Culpa recíproca.
 - 5.5 Indenização.
- 10 Aviso prévio.
- 11 Estabilidade e garantias provisórias de emprego.
 - 11.1 Formas de estabilidade.
 - 11.2 Despedida e reintegração de empregado estável.
- 12 Duração do trabalho.
 - 12.1 Jornada de trabalho.
 - 12.2 Períodos de descanso.
 - 12.3 Intervalo para repouso e alimentação.
 - 12.4 Descanso semanal remunerado.
 - 12.5 Trabalho noturno e trabalho extraordinário.
 - 12.6 Sistema de compensação de horas
- 13 Salário-mínimo.
 - 13.1 Irredutibilidade e garantia.
- 14 Férias.
 - 14.1 Direito a férias e sua duração.
 - 14.2 Concessão e época das férias.
 - 14.3 Remuneração e abono de férias.
- 15 Salário e remuneração.
 - 15.1 Conceito e distinções.
 - 15.2 Composição do salário.
 - 15.3 Modalidades de salário.
 - 15.4 Formas e meios de pagamento do salário.
 - 15.5 13º salário.
- 16 Equiparação salarial.
 - 16.1 Princípio da igualdade de salário.
 - 16.2 Desvio de função.
- 17 FGTS.

- 18 Prescrição e decadência.
- 19 Segurança e medicina no trabalho.
 - 19.1 CIPA.
 - 19.2 Atividades insalubres ou perigosas
- 20 Proteção ao trabalho do menor.
- 21 Proteção ao trabalho da mulher.
 - 21.1 Estabilidade da gestante.
 - 21.2 Licença maternidade.
- 22 Direito coletivo do trabalho.
 - 22.1 Convenção nº 87 da OIT (liberdade sindical).
 - 22.2 Organização sindical.
 - 22.3 Conceito de categoria.
 - 22.4 Categoria diferenciada.
 - 22.5 Convenções e acordos coletivos de trabalho.
- 23 Direito de greve e serviços essenciais.
- 24 Comissões de conciliação prévia.
- 25 Renúncia e transação.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

- 1 Procedimentos nos dissídios individuais.
 - 1.1 Reclamação.
 - 1.2 Jus postulandi.
 - 1.3 Revelia.
 - 1.4 Exceções.
 - 1.5 Contestação.
 - 1.6 Reconvenção.
 - 1.7 Partes e procuradores.
 - 1.8 Audiência.
 - 1.9 Conciliação.
 - 1.10 Instrução e julgamento.
 - 1.11 Justiça gratuita.
- 2 Provas no processo do trabalho.

- 2.1 Interrogatórios.
- 2.2 Confissão e consequências.
- 2.3 Documentos.
- 2.4 Oportunidade de juntada.
- 2.5 Prova técnica.
- 2.6 Sistemática da realização das perícias.
- 2.7 Testemunhas.
- 3 Recursos no processo do trabalho.
 - 3.1 Disposições gerais.
 - 3.1.1 Efeitos suspensivo e devolutivo.
 - 3.1.2 Recursos no processo de cognição.
 - 3.1.3 Recursos no processo de execução.
- 4 Processos de execução.
 - 4.1 Liquidação.
 - 4.2 Modalidades da execução.
 - 4.3 Embargos do executado - impugnação do exequente.
- 5 Jurisprudência do tribunal superior do trabalho.
 - 5.1 Súmulas e orientações jurisprudenciais.
- 6 Prescrição e decadência no processo do trabalho.
- 7 Competência da justiça do trabalho.
- 8. Rito sumaríssimo no dissídio individual.
- 9 Comissão prévia de conciliação nos dissídios individuais.
- 10 Ação rescisória no processo do trabalho.
- 11 Mandado de segurança.
 - 11.1 Cabimento no processo do trabalho.
- 12 Dissídios coletivos.
- 13 Instrução Normativa [editada pela Resolução 203, de 15 de março de 2016] - Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- 14 Instrução Normativa 41 [editada pela Resolução 21, de 21 de junho de 2018] - Tribunal Superior do Trabalho (TST).

DIREITO PENAL

1 Fontes do direito penal.

1.1 Princípios aplicáveis ao direito penal.

2 Aplicação da lei penal.

2.1 Princípios da legalidade e da anterioridade.

2.2 A lei penal no tempo e no espaço.

2.3 Tempo e lugar do crime.

2.4 Lei penal excepcional, especial e temporária.

2.5 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.

2.6 Pena cumprida no estrangeiro.

2.7 Eficácia da sentença estrangeira.

2.8 Contagem de prazo.

2.9 Frações não computáveis da pena.

2.10 Interpretação da lei penal.

2.11 Analogia.

2.12 Irretroatividade da lei penal.

2.13 Conflito aparente de normas penais.

3 Crime.

3.1 Classificação dos crimes.

3.2 Teorias do crime.

3.3 O fato típico e seus elementos.

3.4 Relação de causalidade.

3.5 Superveniência de causa independente.

3.6 Relevância da omissão.

3.7 Crime consumado e tentado.

3.8 Pena da tentativa.

3.9 Desistência voluntária e arrependimento eficaz.

3.10 Arrependimento posterior.

3.11 Crime impossível.

3.12 Crime doloso, culposo e preterdoloso.

3.13 Agravação pelo resultado.

3.14 Concurso de crimes.

3.15 Erro sobre elementos do tipo.

- 3.16 Descriminantes putativas.
- 3.17 Erro determinado por terceiro.
- 3.18 Erro sobre a pessoa.
- 3.19 Erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição).
- 3.20 Coação irresistível e obediência hierárquica.
- 3.21 Illicitude e causas de exclusão.
- 3.22 Excesso punível.
- 3.23 Culpabilidade.
 - 3.23.1 Teorias, elementos e causas de exclusão.
- 3.24 Crimes contra a pessoa.
- 3.25 Crimes contra o patrimônio.
- 3.26 Crimes contra a propriedade imaterial.
- 3.27 Crimes contra a organização do trabalho.
- 3.28 Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.
- 3.29 Crimes contra a dignidade sexual.
- 3.30 Crimes contra a família.
- 3.31 Crimes contra a incolumidade pública.
- 3.32 Crimes contra a paz pública.
- 3.33 Crimes contra a fé pública.
- 3.34 Crimes contra a Administração Pública.
- 3.35 Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (crimes hediondos).
- 3.36 Lei nº 7.716/1989 e suas alterações (crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor).
- 3.37 Lei nº 9.455/1997 e suas alterações (crimes de tortura).
- 3.38 Lei nº 12.850/2013, e alterações (crime organizado).
- 3.39 Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (crimes contra o meio ambiente).
- 3 Lei nº 9.503/1997 e suas alterações (crimes de trânsito).
- 4 Imputabilidade penal.
- 5 Concurso de pessoas.
- 6 Penas.
 - 6.1 Espécies de penas.
 - 6.2 Cominação das penas.
 - 6.3 Aplicação da pena.

- 6.4 Suspensão condicional da pena.
- 6.5 Livramento condicional.
- 6.6 Efeitos da condenação.
- 6.7 Reabilitação.
- 6.8 Execução das penas em espécie e incidentes de execução.
- 7 Medidas de segurança.
- 7.1 Execução das medidas de segurança.
- 8 Ação penal.
- 9 Punibilidade e causas de extinção.
- 10 Lei nº 11.343/2006 e suas alterações (Lei Antidrogas).
- 11 Lei nº 4.898/1965 e suas alterações (abuso de autoridade).
- 12 Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do Desarmamento).
- 13 Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro).
- 14 Convenção americana sobre direitos humanos (Pacto de São José e Decreto nº 678/1992).
- 15 Lei nº 11.340/2006 e suas alterações (Lei Maria da Penha).
- 16 Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente) – Título VII Dos Crimes e das Infrações Administrativas.
- 17 Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso).
- 18 Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal.
- 19 Súmulas do STF e do STJ.

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

- 1 Fundamentos legais aplicáveis à informatização do processo judicial.
- 2. Princípios peculiares ao processo eletrônico.
- 3. Aspectos gerais da Lei Federal nº 11.419/2006.
- 4. Aspectos Gerais da Resolução nº 185, de 24 de março de 2017 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
- 5. Práticas processuais eletrônicas no Judiciário brasileiro: prazos, Diário Judicial eletrônico, intimações e procurações eletrônicas, cadastramento, consultas, certidões.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

- 1 Processo administrativo.
 - 1.1 Funções de administração: planejamento, organização, direção e controle.
 - 1.2 Processo de planejamento.
 - 1.2.1 Planejamento estratégico: visão, missão e análise SWOT.
 - 1.2.2 Análise competitiva e estratégias genéricas.
 - 1.2.3 Redes e alianças.
 - 1.2.4 Planejamento tático.
 - 1.2.5 Planejamento operacional.
 - 1.2.6 Administração por objetivos.
 - 1.2.7 Balanced scorecard.
 - 1.2.8 Processo decisório.
 - 1.3 Organização.
 - 1.3.1 Estrutura organizacional.
 - 1.3.2 Tipos de departamentalização: características, vantagens e desvantagens de cada tipo.
- 2 Comportamento organizacional: relações indivíduo/organização, motivação, liderança, desempenho.
- 3 Competência interpessoal.
- 4 Gerenciamento de conflitos.

ORÇAMENTO

- 1 O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas; formas e dimensões da intervenção da Administração na economia.
- 2 Orçamento público e sua evolução.
 - 2.1 Orçamento como instrumento do planejamento governamental.
 - 2.2 Princípios orçamentários.
- 3 O orçamento público no Brasil.

- 3.1 Plano Plurianual (PPA).
- 3.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- 3.3 Lei Orçamentária Anual (LOA).

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br

aprova